

**CONTRATO Nº 039/CEGÁS/2022**  
**PROCESSO VIPROC Nº 01999095/2022**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS E (O)A EMPRESA FHS CONSTRUTORA EIRELI, nome fantasia HENATEL CONSTRUTORA, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

A **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS** situada na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 6475, Bairro José de Alencar, CEP.: 60.830-005, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Leandro Petsold dos Santos Araújo**, e o Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, devidamente nomeados pelo Conselho de Administração desta Companhia, obedecendo assim os critérios estabelecidos no Estatuto Social da CEGÁS, e a empresa **FHS CONSTRUTORA EIRELI**, nome fantasia **HENATEL CONSTRUTORA**, estabelecida na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na rua São Leopoldo nº 631, bairro Ancuri, Cep: 60.874-170, inscrita no CNPJ sob nº 27.843.749/0001-57, aqui denominada de CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Diretor **Francisco Holanda Sampaio**, brasileiro(a), residente e domiciliado(a) na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, RESOLVEM celebrar este Contrato mediante as Cláusulas e condições a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20220006/CEGÁS e seus Anexos, os preceitos do direito privado, a Lei Federal nº 13.303/2016 e o Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA**

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 20220006/CEGÁS, e seus Anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

3.1. Constitui objeto deste contrato Serviços de Manutenção Predial da Sede e Almoxarifado da Companhia de Gás do Ceará – CEGAS, incluso Gestão da manutenção, subestação instalações elétricas, lógicas, hidráulicas, sanitárias, efluentes, combate a incêndio, SPDA, civil, jardinagem, capinagem e grupo gerador, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO**

4.1. O objeto dar-se-á sob o regime de execução indireta: Empreitada por preço unitário.

## CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

5.1. O preço contratual global importa na quantia de R\$ 1.411.542,00 (um milhão, quatrocentos e onze mil, quinhentos e quarenta e dois reais), com a distribuição abaixo, sujeito a reajustes, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta, conforme art. 37, XXI da Constituição Federal e art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001.

a) Grupo 1 do Anexo I – Termo de Referência: R\$ 882.686,64 (oitocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e sessenta e quatro centavos);

b) Grupo 2 do Anexo I – Termo de Referência: R\$ 528.855,45 (quinhentos e vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

5.1.1. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Após os 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no caso de sua extinção por outro índice avençado pelas partes.

## CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo gestor do contrato no protocolo da CONTRATANTE, para fins de conferência e atestação pelo gestor do contrato, mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, preferencialmente no Banco Bradesco S/A.

6.1.1. Após a certificação da nota fiscal/fatura pela CONTRATANTE, os pagamentos serão efetuados na primeira quinta-feira após 15 (quinze) dias, do recebimento da fatura no protocolo da CEGÁS.

6.1.2. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20220006.

6.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.3.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.4. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios oriundos da CEGÁS.





## **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

8.1. O prazo de vigência deste contrato será de 40 (quarenta) meses, contado a partir da sua celebração.

8.2. O prazo de execução do objeto contratual é de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir do recebimento da ordem de serviço ou instrumento equivalente.

8.3. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016 e, nos artigos 172 ao 177 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

8.4. A publicação resumida do contrato dar-se-á nos termos do § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016.

8.5. Este contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016 e art. 81 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

## **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do respectivo instrumento, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor deste contrato, em conformidade com o disposto no art. 70, da Lei Federal nº 13.303/2016, vedada à prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.

9.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

9.3. A garantia prestada, de acordo com o estipulado neste instrumento, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 70, da Lei Federal nº 13.303/2016 e § 4º do art. 159 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições inicialmente estabelecidas.

9.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual.

9.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

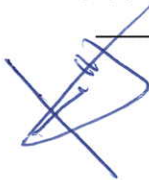
9.5.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.5.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO**

### **10.1 Quanto à execução:**

10.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 20220006, conforme as necessidades da CEGÁS, que determinará as prioridades a serem distribuídas aos mesmos, com o recebimento da ordem de serviço ou instrumento equivalente, nos endereços indicados no item 4 deste termo.





10.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

10.1.3. Antes da entrega o fornecedor deverá contatar a CEGÁS, para o recebimento, através do Fone (85) 3266.6900.

## **10.2. Quanto ao recebimento:**

10.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

10.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, conseqüente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

11.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CEGÁS, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a CEGÁS proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

11.3.1. Para cumprimento do previsto neste subitem, será concedido o prazo de 2 (dois) dias, contado da notificação.

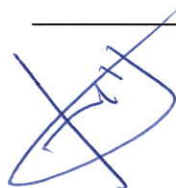
11.4. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do contrato, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual. A inadimplência da contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à CEGÁS a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

11.5. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

11.6. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

11.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

11.8. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos à segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.





11.9. Respeitar a legislação relativa à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos gerados, mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental e outros, conforme § 1º do art. 32 da Lei 13.303/2016.

11.10. Disponibilizar nos termos da Lei nº 15.854, de 24/09/2015, vagas de empregos a presos em regime semiaberto, aberto, em livramento condicional e egressos do sistema prisional e aos jovens do sistema socioeducativo entre 16 e 18 anos, que estejam cumprindo medida de semiliberdade. Caso a execução contratual não necessite, ou necessite de 5 (cinco) ou menos trabalhadores, a reserva de vagas será facultativa.

11.10.1. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SAP e à SPS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo, contemplados com a reserva de vagas. Caso a contratação não esteja obrigada a disponibilizar vagas nos termos da Lei nº 15.854, de 24/09/2015 ficará dispensada do envio da folha de frequência.

11.11. Disponibilizar a Contratante, mensalmente, os seguintes documentos: Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Estaduais; Certidão Negativa de Débitos Municipais; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.12. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Ordens de Serviço, ficando a CONTRATADA sujeita a multa, no caso de descumprimento desse prazo.

11.13. Promover a "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), relativa a este CONTRATO, encaminhando cópia à CONTRATANTE antes do início dos serviços, bem como comprovar junto à FISCALIZAÇÃO as demais exigências de ART para eventuais aditamentos contratuais e demais casos previstos nas Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA).

11.14. Cumprir as exigências feitas por escrito pela FISCALIZAÇÃO dentro dos prazos estabelecidos.

11.15. Cumprir e fazer com que seu pessoal cumpra, rigorosamente, as especificações técnicas, em conformidade com Diretrizes e Normas da CONTRATANTE, se responsabilizando pela perfeita execução dos serviços.

11.16. Responsabilizar-se pelo fornecimento e pela utilização de trajes completos/fardamentos e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), dos seus empregados, conforme exigências das Normas Brasileiras e do Anexo Q12 - Conjunto de Requisitos de SMS para Obras e Serviços de Operação e Manutenção.

11.17. Fornecer mensalmente à CONTRATANTE, até o dia 04 (quatro) do mês subsequente ao da realização dos serviços, informações sobre o registro de acidentes do trabalho, se ocorrerem, de acordo com o Anexo Q12 - Conjunto de Requisitos de SMS para Obras e Serviços de Operação e Manutenção, fornecidos pela CONTRATANTE.

11.18. A CONTRATADA deverá designar um preposto responsável pela administração do seu quadro de empregados e pela intermediação das comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

11.19. As comunicações e notificações feitas pela FISCALIZAÇÃO ao preposto, representante da CONTRATADA, serão consideradas como feitas à própria CONTRATADA.

11.20. Enviar à CONTRATANTE, mensalmente, toda a documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias, depósitos do FGTS etc.



- 11.21. Submeter à apreciação da FISCALIZAÇÃO, antes do início dos serviços, os currículos de seus empregados, para sua verificação e aprovação.
- 11.22. Em caso de necessidade de substituição de qualquer profissional, deverá a CONTRATADA apresentar, previamente, à FISCALIZAÇÃO o currículo do substituto para análise e aprovação.
- 11.23. Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão de obra, necessárias à execução dos serviços contratados sendo, para todos os efeitos, a única e exclusiva empregadora.
- 11.24. Confiar os serviços a profissionais idôneos e habilitados, cujos currículos deverão ser previamente aprovados pela CONTRATANTE e utilizar o mais alto nível da técnica atual.
- 11.25. Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite a legislação sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho e suas regulamentações.
- 11.26. Providenciar a imediata retirada, substituindo-o em prazo acordado com a FISCALIZAÇÃO, de qualquer empregado seu ou de subcontratada, cuja permanência seja considerada indesejável, seja por mau desempenho, seja por comportamento antiético, pela FISCALIZAÇÃO, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 11.27. Manter em dia o registro dos seus empregados, em livro próprio ou em fichas devidamente rubricadas e legalizadas pelo órgão competente do Ministério do Trabalho, apresentando prontamente à fiscalização da CONTRATANTE, sempre que solicitado pela mesma, bem como atualizar as anotações da Carteira Profissional de cada empregado;
- 11.28. Respeitar o PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, considerando avaliação clínica: exame admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional, apresentando o ASO – Atestado de Saúde Ocupacional de seus empregados e subcontratados, sempre que solicitado pela FISCALIZAÇÃO.
- 11.29. Atender, pontualmente, aos encargos decorrentes das leis trabalhistas e da previdência e assistência social, para o que deverá, na forma da Lei, adotar as providências no órgão competente da Previdência e Assistência Social, bem como pagar quaisquer adicionais que sejam ou venham a ser devidos ao seu pessoal.
- 11.30. Apresentar mensalmente a comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, notadamente contribuições e depósitos do FGTS, e, ainda, o recolhimento das contribuições previdenciárias, devidas aos seus empregados.
- 11.31. Assumir integralmente todos os custos com advogados, prepostos, consultores, contadores, dentre outros, decorrentes da mobilização da CONTRATANTE para defender-se de ações judiciais movidas por seus empregados ou prestadores de serviços envolvidos na execução do objeto deste CONTRATO.
- 11.32. Permitir o acesso da CONTRATANTE a suas instalações, para eventual auditoria, disponibilizando toda documentação relativa ao cumprimento das obrigações de natureza trabalhista ou previdenciária, referente aos profissionais vinculados a este CONTRATO.
- 11.33. Assumir, direta e exclusivamente, responsabilidade pelas obrigações de natureza trabalhista e/ou previdenciária relativas aos empregados alocados para execução do CONTRATO, inclusive em eventuais ações judiciais propostas cumulativamente contra a CONTRATANTE e a CONTRATADA, ou mesmo apenas contra a CONTRATANTE, hipótese em que a CONTRATADA deverá requerer a imediata exclusão da CONTRATANTE da lide, isentando-a de qualquer ônus porventura havido.



11.34. Ressarcir a CONTRATANTE dos valores por esta eventualmente despendida, por força de medidas judiciais e/ou extrajudiciais, relacionadas ao CONTRATO, com eventual condenação, subsidiária ou solidária, proferida por qualquer instância de julgamento competente, relativo a obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias, fiscais ou para fiscais não adimplidas pela CONTRATADA, acrescidos de custas judiciais, honorários advocatícios e despesas, judiciais e extrajudiciais, devidamente comprovadas, relativas às ações judiciais movidas por seus empregados ou prestadores de serviços envolvidos na execução do objeto deste CONTRATO, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento de solicitação formal nesse sentido.

11.35. Efetuar o pagamento de todos os tributos e encargos sociais e/ou previdenciários de seus empregados ou prepostos, tanto federais, quanto estaduais e/ou municipais, bem assim de quaisquer despesas judiciais ou extrajudiciais que venham a ser imputadas à CONTRATADA, inclusive aquelas decorrentes de ação ou omissão dolosa ou culposa daqueles.

11.36. Responsabilizar-se judicialmente e extrajudicialmente por todos os créditos trabalhistas referentes aos seus funcionários, isentando a CONTRATANTE dos mesmos perante o juízo ou fora dele, sob pena de retenção nas faturas mensais, dos valores equivalentes aos créditos trabalhistas discutidos em juízo.

11.37. Apresentar, obrigatoriamente, por ocasião do encaminhamento das notas fiscais/faturas, cópias dos pagamentos dos salários e encargos sociais dos seus empregados ou prepostos, relativos ao mês do respectivo faturamento, bem como demais documentos comprobatórios de recolhimento de tributos solicitados pela CONTRATANTE, sob pena de não liberação da nota fiscal/fatura.

11.38. Preservar e manter a CONTRATANTE a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou de seus subcontratados.

11.39. Atuar de forma que suas ações, direta ou indiretamente relacionadas ao CONTRATO, atendam às normas ambientais pertinentes, adotando formas de intervenção que evitem o impacto ambiental, em observância às orientações normativas da legislação ambiental vigente.

11.40. Indenizar a CONTRATANTE e/ou terceiros por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus empregados, prepostos ou dirigentes a bens ou instalações da CONTRATANTE, de terceiros ou de empregados da CONTRATANTE, por ação ou omissão, bem como pelos defeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do CONTRATO, de leis, regulamentos ou posturas em vigor, durante a execução do objeto deste CONTRATO.

11.41. Respeitar e fazer com que seus empregados e/ou prepostos respeitem as normas de segurança, higiene no trabalho, disciplina e demais regulamentos adotados pela CONTRATANTE, bem como de seus clientes, quando os serviços forem executados nas instalações destes.

11.42. Assumir, direta e exclusivamente, responsabilidade pelos danos causados em acidentes de trabalho, ou acidentes envolvendo terceiros, que eventualmente vierem a ocorrer durante a execução do objeto do presente CONTRATO.

11.43. Os empregados da CONTRATADA que faltarem ou que forem afastados pela FISCALIZAÇÃO, inclusive por estarem em desacordo com as Normas e diretrizes da CONTRATANTE, deverão ser substituídos pela CONTRATADA, devendo a mesma apresentá-los à FISCALIZAÇÃO.

11.44. Fornecer todos os equipamentos de proteção individual necessários à execução dos serviços com requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e/ou segurança, recomendados pelas normas aplicáveis atendendo ao Anexo Q12 - Conjunto de Requisitos de SMS para Obras e Serviços de Operação e Manutenção.



11.45. Providenciar a colocação de todos os equipamentos, sob seu escopo de fornecimento, no local do empreendimento, no prazo acordado com a FISCALIZAÇÃO.

11.46. Assumir, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, todos os encargos e despesas de transporte, interno e externo, de todos os seus equipamentos, ferramentas e veículos.

11.47. Assumir pontualmente o suprimento, o abastecimento, a manutenção e a conservação de seus equipamentos, ferramentas e veículos.

11.48. Reparar ou substituir, em prazo acordado com a FISCALIZAÇÃO, os equipamentos que forem julgados inadequados ou de mau funcionamento pela FISCALIZAÇÃO ou por estarem em desacordo com as Normas de Segurança.

11.49. Manter instalações adequadas às necessidades dos serviços, com suficientes recursos técnicos, inclusive de pessoal especializado, para poder prestar assistência rápida e eficiente aos seus equipamentos, providenciando, às suas expensas, combustíveis, lubrificantes, materiais de consumo e peças de reposição para esse fim, de modo a não prejudicar o bom andamento dos serviços.

11.50. Responsabilizar-se pelo transporte de todos os equipamentos necessários à boa execução dos serviços.

11.51. Apresentar relatório mensal contendo a relação de todos os empregados disponibilizados pelo CONTRATANTE, juntamente com o Boletim de Medição (BM).

11.52. Responsabilizar-se pelo recebimento, inspeção, triagem, aprovação ou reprovação, identificação e preservação dos materiais recebidos da CONTRATANTE, tendo em vista que quaisquer modificações que sejam necessárias em decorrência da aplicação de material fora das especificações deverão ser executadas sob as expensas da CONTRATADA.

11.53. Executar e manter sob sua responsabilidade, os serviços de sinalização e proteção, no local do empreendimento, referentes aos serviços objeto do CONTRATO.

11.54. Manter as áreas de execução dos serviços constantemente limpas e desimpedidas, removendo todos os entulhos, sobras de materiais existentes, materiais recusados pela FISCALIZAÇÃO, ficando sujeita a CONTRATADA as sanções cabíveis.

11.55. Responsabilizar-se tecnicamente pela direção e execução dos serviços objeto do CONTRATO, na forma da legislação em vigor.

11.56. Cumprir os prazos previstos no CONTRATO, Autorizações de Serviços ou Ordens de Serviço emitidas pela CONTRATANTE.

11.57. Manter os serviços e equipamentos previstos na PPU, por si e pelas subcontratadas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus.

11.58. Garantir a qualidade e a perfeição dos serviços objeto do CONTRATO, respondendo, na forma da Lei, por quaisquer defeitos na sua execução.

11.59. Cumprir as recomendações administrativas da FISCALIZAÇÃO, desde que relacionadas ao CONTRATO e seu escopo.

11.60. Preencher, mensalmente, o Boletim de Medição (BM) e anexar ao mesmo à documentação pertinente prevista neste CONTRATO e na legislação.



11.61. Atualizar as Ordens de Serviços com anotações e ocorrências relativas aos serviços solicitados pela Fiscalização da CONTRATANTE, sob pena de não ser liberado o correspondente pagamento.

11.62. Preservar e manter a CONTRATANTE a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA.

11.63. Não divulgar nem fornecer, sob as penas da Lei, dados e/ou informações referentes aos serviços realizados, nem os que lhe forem transmitidos pela CONTRATANTE, a menos que expressamente autorizada pela CONTRATANTE.

11.64. Além dos casos decorrentes da legislação em vigor, a CONTRATADA será também responsável:

- ✓ Pela boa e integral execução dos serviços contratados.
- ✓ Pelos defeitos decorrentes da inobservância e/ou infração do CONTRATO, de leis, regulamentos ou posturas em vigor.
- ✓ Pelo ressarcimento de quaisquer danos ou prejuízos que causar, por ação ou omissão, à CONTRATANTE ou a terceiros.
- ✓ Pela correção, às suas expensas, de quaisquer irregularidades e/ou serviços rejeitados pela FISCALIZAÇÃO, por terem sido executados em discordância com as especificações, normas aplicáveis ou com a boa prática de execução.
- ✓ Pelas indenizações ou reclamações oriundas de erros ou imperfícias praticadas na execução dos serviços contratados.
- ✓ Pela manutenção dos serviços já executados mesmo após a sua aceitação final pela CONTRATANTE, de acordo com a legislação vigente.

11.65. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços de acordo com as Leis e exigências emanadas das autoridades federais, estaduais e municipais, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade pela falta do cumprimento dessas Leis e Exigências.

OBSERVAÇÃO: A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra para a execução de todos os serviços descritos neste Memorial Descritivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

12.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de ordem de fornecimento.

12.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 13.303/2016.

12.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

12.4. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

12.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.

12.6. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.



12.7 A obtenção de todas as Licenças junto aos órgãos Municipais, Estaduais e Federais quando necessário.

12.8 Controle de acesso de pessoal e integração ao sistema de qualidade e SMS.

12.9 Emitir as Autorizações de Serviços, com a relação dos documentos a serem apresentados pela CONTRATADA, bem como o prazo para a execução dos serviços.

12.10 Analisar os Boletins de Medição (BM) e efetuar os pagamentos devidos pela realização dos serviços nas condições estabelecidas neste CONTRATO.

12.11 Colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e análise das condições de execução dos serviços.

12.12 Notificar a CONTRATADA, por escrito, comunicando erros, irregularidades ou defeitos porventura verificados na execução do objeto do presente CONTRATO, podendo estipular prazo para que essas incorreções sejam corrigidas, se assim julgar conveniente.

12.13 Notificar a CONTRATADA, por escrito, da eventual aplicação de multas previstas no presente CONTRATO, inclusive, acerca de retenção de pagamento de faturas, no todo ou em parte.

12.14 Atender, dando ciência por escrito, às solicitações feitas pela CONTRATADA, quando cabíveis e conforme os termos do CONTRATO.

12.15. Manter atualizados os dados do Gestor do CONTRATO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

13.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Gerente Administrativa Patrícia de Araújo Lima Aguiar, como Gerente do Contrato e pelo Analista de Processos Organizacionais, Maria Lucia Pereira, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para este fim pela contratante, nos termos do § 1º, art. 192 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

13.2. A CEGÁS reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização na execução do objeto do presente contrato, sem que tal fato exima a contratada das obrigações assumidas. Assim sendo, atenderá prontamente às reclamações procedidas para fiel observância das exigências contratuais.

13.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CEGÁS não exime a contratada da total responsabilidade pelos fornecimentos.

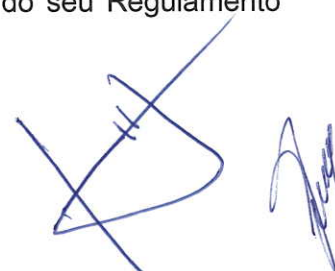
13.4. No caso da inobservância, pela contratada, das exigências da fiscalização, terá a CEGÁS, além do direito de aplicação das sanções previstas no contrato, também o de suspender a execução do objeto deste contrato e sustar o pagamento de quaisquer documentos de cobrança.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CEGÁS poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada, nos termos do art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e art. 239 do seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, as seguintes penalidades:

14.1.1. Advertência

14.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:





a) Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

b) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.

c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o limite do percentual fixado na alínea “e”, hipótese que pode resultar na rescisão da avença. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

d) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento), sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento), em caso de reincidência.

e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor deste contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

14.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a entidade sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.2. A CEGÁS dará publicidade da sanção administrativa para registro no Cadastro de Fornecedores do Estado.

14.3. A multa a que porventura a CONTRATADA der causa será descontada da garantia contratual ou, na sua ausência, insuficiência ou de comum acordo, nos documentos de cobrança e pagamento pela execução deste contrato, reservando-se a CONTRATANTE o direito de utilizar, se necessário, outro meio adequado à liquidação do débito.

14.3.1. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de depósito bancário, podendo ser substituído por outro instrumento legal em nome da CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

14.4. A multa poderá ser aplicada com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade, previsto no capítulo VIII – Das Sanções Administrativas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS.

14.5. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

15.1. A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;



c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução deste contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a CONTRATADA deverá concordar e autorizar que, na hipótese deste contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução deste contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução deste contrato.

15.4. A CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em Lei se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução deste contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

16.1. Será admitida a subcontratação conforme disposto no art. 78 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 196 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS, se previamente aprovada pela CONTRATANTE, e que não constitua o escopo principal do objeto, restrita, contudo, ao percentual máximo de 30% (trinta por cento) da contratação.

16.2. A subcontratação de que trata esta cláusula, não exclui as responsabilidades da CONTRATADA perante a CONTRATANTE quanto a qualidade do objeto contratado, não constituindo, portanto, qualquer vínculo contratual ou legal da CONTRATANTE com a subcontratada.

16.3. A empresa subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas a CONTRATADA.

16.4. É vedada a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado:

16.4.1. Do procedimento licitatório do qual se originou a contratação.

16.4.2. Direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico ou executivo.



## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 235, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEGÁS, será causa para sua rescisão, na forma do art. 235 com as consequências previstas no art. 236, do mesmo diploma legal.

17.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes de razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA MATRIZ DE RISCOS

18.1. Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao contrato vinculado ao Anexo I - Termo de Referência do edital Pregão Eletrônico nº 20220006/CEGÁS, os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizando o equilíbrio econômico-financeiro inicial do respectivo contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

18.2. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na tabela abaixo Eventos Matriz de Riscos o CONTRATADO deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar à CEGÁS sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

18.2.1. Após a notificação, a CEGÁS decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais ao CONTRATADO. Em sua decisão a CEGÁS poderá isentar temporariamente o CONTRATADO do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

18.2.2. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Das Sanções Administrativas.

18.2.3. O reconhecimento pela CEGÁS dos eventos descritos na tabela abaixo Eventos Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente ao CONTRATADO, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pelo CONTRATADO.

18.3. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em prazo hábil.



18.3.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

18.3.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

18.3.3. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro.

18.3.3.1. O Contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e, mesmo assim, a manutenção do Contrato se tornar impossível ou inviável nas condições existentes, ou for excessivamente onerosa.

18.3.4. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

18.4. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do Contrato, não previstos na tabela abaixo Eventos Matriz de Riscos serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

EVENTO MATRIZ DE RISCOS				
ITEM	TIPO DE RISCO	MOTIVO	RESPONSABILIDADES	
			CONTRATADO	CEGÁS
1	ATRASO NO INÍCIO, NÃO REALIZAÇÃO, REDUÇÃO DA PRODUTIVIDADE OU PARALIZAÇÃO DAS ENTREGAS PROGRAMADAS	DEVIDO A INTEMPERIES	X	
2	INTERRUPÇÃO DO CONTRATO EM VIGOR	INTERRUPÇÃO DO CONTRATO VIGENTE POR OUTRA EMPRESA CAUSANDO PARALIZAÇÃO DO CONTRATO EM ANDAMENTO.		X
3	FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS E/OU EQUIPAMENTOS PELO CONTRATADO, QUE NÃO ATENDAM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS NO EDITAL PELO CONTRATANTE.	MATERIAIS, INSUMOS E/OU EQUIPAMENTOS EM DESCONFORMIDADE COM OS REQUISITOS TÉCNICOS E CONTRATUAIS.	X	
4	ATRASO NO PAGAMENTO DO OBJETO	PROBLEMA COM FLUXO DE CAIXA DA CONTRATANTE.		X



5	ATRASSO PAGAMENTO NO DO OBJETO.	FALTA DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM CONTRATO PARA PAGAMENTO.	X	
6	CUSTOS DE AÇÕES TRABALHISTAS E/OU PREVIDENCIÁRIAS DE RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO.	CUSTOS DE CONDENAÇÕES NO PAGAMENTO DE AÇÕES TRABALHISTAS OU PREVIDENCIÁRIAS DE PROFISSIONAIS DO CONTRATADO E/OU SUBCONTRATADOS.	X	
7	ATRASSO NO INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO CONTRATADO	ATRASSO POR PARTE DO CONTRATANTE NA DISPONIBILIZAÇÃO DO PROJETO.		X
8	NÃO INÍCIO PARALIZAÇÃO OU ENTREGAS CONTRATADAS.	PROBLEMAS COM SUPRIMENTOS DE INSUMOS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS, PESSOAL CAPACITADO, ETC. RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO, NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO.	X	
9	ATRASSO ENCERRAMENTO NO DAS ENTREGAS CONTRATADAS.	ATRASSO POR PARTE DO CONTRATADO DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA PELO CONTRATANTE: RELATORIO TÉCNICO, CHECK LIST, ETC.	X	
10	OCORRENCIA INCIDENTES DE OU NO DO ACIDENTES TRANSCORRER CONTRATO.	EXECUÇÃO DE TRABALHO FORA DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS EM CONTRATO, NORMAS REGULAMENTADORAS, PADRÕES DE SMS DA CONTRATANTE, ETC., PODENDO CAUSAR OU CAUSANDO INCIDENTES/ACIDENTES.	X	




11	PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS, CONTRATANTE OU ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO, DECORRÊNCIA DE CONDIÇÕES DE RISCOS GRAVE E IMINENTES AOS TRABALHADORES, MEIO AMBIENTE OU COMUNIDADE.	EXECUÇÃO DE TRABALHO FORA DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS EM CONTRATO, DE LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO E AMBIENTAL.	X	
----	---	---	---	--


### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro do município da sede da CONTRATANTE para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não possam ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.


Fortaleza/Ce., 21 de junho de 2022.


  
**HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR**  
 Diretor Presidente  
 Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

  
**LEANDRO PETSOLD DOS SANTOS ARAÚJO**  
 Diretor Administrativo e Financeiro  
 Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

  
**FRANCISCO HOLANDA SAMPAIO**  
 Diretor  
 FHS Construtora Eireli  
 nome fantasia "HENATEL CONSTRUTORA"

### TESTEMUNHAS:

  
 Nome: Petronio de Oliveira B. Cyrino  
 CPF: 820.321.933-72

  
 Nome: DAULAM TEOPICO OVI MANES  
 CPF: 018.048.343-48